

A Escola de Intendência

Um resgate do papel da Missão Militar Francesa na reorganização da Intendência do Exército Brasileiro

*Ernesto Isaacodette Dutra Pereira Batista Lopes**

*Eu sou a Intendência
Cuja nobre missão é Suprir; Transportar
E dar à tropa assistência
Não temo a Guerra, nem o fragor das batalhas
Se um dia o inimigo invadir minha terra,
Lutarei sem temor enfrentado as metralhas!*
(trecho da Canção do Intendente)

Introdução

A Missão Militar Francesa no Brasil, chefiada pelo general Maurice Gamelin, foi contratada no dia 8 de setembro de 1919 para orientar, a partir de 1920, a modernização e reorganização, num primeiro momento, das escolas militares e, em seguida, do próprio Exército Brasileiro. Os termos do contrato estipulavam que oficiais franceses comandariam durante quatro anos as Escolas de Estado-Maior (EEM), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Intendência, Veterinária, Saúde, Equitação e Educação Física. O contrato representou um grande passo na direção da profissionalização e modernização do Exército e contribuiu para fortalecer seu poder militar.

Nesse contexto, é objetivo deste artigo apresentar a importância da Missão Militar Francesa na reorganização do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro através de

um estudo sobre a Escola de Intendência, destacando-a como um dos grandes legados da Missão para o Exército.

A Intendência do Exército Brasileiro antes da Missão Militar Francesa

A história da administração brasileira começou em 29 de março de 1549, com a vinda de Tomé de Souza, que, para estabelecer a unidade da colônia, trouxe 600 homens em armas, grande quantidade de material bélico e a primeira lei orgânica da força armada do Brasil, representada pelo Regimento d'El-Rei de 1548, elaborado na Metrópole. Começou aí também a história da Administração do Exército.

Já no governo de Mem de Sá, o fardamento das tropas de linha e de milícia era confeccionado no Brasil com pano vindo de Portugal, estando o provimento a cargo dos capitães ou das unidades; o modo de alimen-

* Cel Int (AMAN/93, EsAO/01, ECEME/11), pós-graduado em Logística e Gestão da Cadeia de Suprimento (FGV-RJ/11).

tar os homens era o mesmo. Por esse tempo, a Metrópole mantinha um órgão denominado de Vedoria da Gente da Guerra, com atribuições administrativas sobre o material bélico, de intendência e fundos, que estendia a sua ação às milícias de além-mar. Durante o Brasil colônia, essas práticas permaneceram inalteradas, até que, com o surto de progresso consequente à vinda de D. João VI, a administração militar tomou outro rumo.

Fugindo da invasão napoleônica, a Família Real chega ao Brasil em 1808. D. João VI desembarcou em território brasileiro com a firme intenção de capacitar mais a organização militar, visando enfrentar a luta que fatalmente se propagaria para a América do Sul. A vinda de D. João VI para o Brasil e a instalação da Corte no Rio de Janeiro teve como consequência político-militar as unificações do governo e do exército.

Assim, em 1º de março de 1811, após a criação de algumas organizações militares, D. João VI começa a incrementar a iniciante estrutura logística existente, transformando o antigo Arsenal do Trem no Arsenal Real do Exército, um centro de produção e armazenamento de armas e munições, que tinha em sua organização oficinas para a produção de bandeiras, barracas, uniformes, correias dos equipamentos, mochilas e sapatos para a tropa. O funcionamento, no Brasil, de um órgão como o Arsenal Real se impunha, porque o provimento de uniformes aos corpos, durante o reinado, era coisa complexa, pois cada unidade tinha um tipo peculiar de complicado fardamento. O Arsenal Real do Exército evoluiria mais tarde para o atual Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Só houve uma inovação de monta, decorrente da organização de D. João VI, com

a criação do Quartel-Mestre-General, por decreto de 28 de maio de 1821, no período regencial de D. Pedro I. O novo órgão ficou encarregado de gerenciar as questões referentes ao rancho da tropa e ao provimento de fardamento, equipamento, material de acampamento, arreamento e utensílios usados no Exército.

O Brasil se tornou independente em 1822, todavia o sistema de apoio durante os primeiros anos após a independência não sofreu modificações significativas. Em 1830, após a campanha da Cisplatina e o estabelecimento da paz no Sul, foi extinto o Comissariado Militar do Brasil, sob a alegação de ser dispensável nos períodos de paz. Em 1851 e 1852, na campanha contra Oribe e Rosas e na Guerra do Paraguai, o Exército Nacional enfrentou dificuldades de suprimento. O relato das medidas em torno do reaprovisionamento dos corpos que operaram contra o Paraguai, é uma fileira de imprevistos, dificuldades, faltas, falhas, lacunas, enfim um rosário de percalços que só serviriam para glorificar o soldado brasileiro. As experiências vividas nessas campanhas poderiam ter provocado transformações significativas no sistema de apoio às tropas. No entanto, a reestruturação não ocorreu por falta de registros adequados e pela não exploração e sistematização dos conhecimentos absorvidos.

Em 1889, após a Proclamação da República, aparecem os primeiros registros de alterações na estrutura de apoio com algum significado para a criação da Intendência. Em 24 de outubro de 1896, pela Lei nº 403, da mesma data, foi criada a Intendência Geral da Guerra em substituição ao Quartel-Mestre-General (QMG), com encargos de direção, gestão e execução tanto na área financeira

quanto na área de provimento.

Até o governo do marechal Hermes da Fonseca, as diferentes repartições provedoras de material de Intendência não eram administradas por um quadro técnico e especializado. O primeiro passo, nesse sentido, foi dado com a organização do Corpo de Intendentes da Marinha, em 1908. No mesmo ano, foi extinta a Intendência Geral da Guerra, substituída, na época, pelo Departamento de Administração. Do desdobramento das atividades do Departamento de Administração surgiram a Diretoria de Administração da Guerra e a Intendência da Guerra.

Criada pelo Decreto nº 11.853-A, de 31 de dezembro de 1915, a Diretoria de Administração da Guerra, diretamente subordinada ao Ministério da Guerra, tinha por fim assegurar a execução dos serviços tendo, para isso, ação direta sobre a Intendência da Guerra (sem prejuízo da iniciativa dada ao chefe desta pelo respectivo regulamento) e indireta sobre os Serviços de Intendência dos corpos de tropa e estabelecimentos militares, por intermédio de autoridades competentes. A Intendência da Guerra, diretamente subordinada à Diretoria de Administração da Guerra, tinha por fim assegurar aos corpos de tropa, às fortalezas e aos demais estabelecimentos militares o fornecimento de material necessário à alimentação, vestuário, equipamento, alojamento, arreamento e transporte.

A criação do Serviço de Intendência

Os oficiais franceses, em razão da experiência adquirida na 1ª Guerra Mundial, estavam categorizados a exportar sua doutrina militar, na qual avultava a importância do suprimento, do abastecimento e do apoio

de toda ordem. Em 1919, chega ao Brasil a Missão Militar Francesa, que, entre outras realizações, teve uma participação efetiva na criação do Serviço de Intendência.

Sob influência francesa, em 1º de outubro de 1920, através do Decreto nº 14.385, foi aprovado o Regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra. O referido decreto, considerado a lei orgânica do Serviço de Intendência, manteve provisoriamente a Diretoria de Administração da Guerra, órgão que se incumbia dos assuntos atinentes ao provimento de material.

O Decreto 14.385 estabeleceu as seguintes atribuições para o Serviço de Intendência:

1. Em tempo de paz: organizar o pessoal da Intendência da Guerra; mobilizar esse pessoal e material especial dos serviços confiados à Intendência para o tempo de guerra; organizar e dirigir o serviço de abastecimento nacional para o tempo de guerra; organizar e dirigir os serviços de víveres, forragens, iluminação e combustíveis nos corpos de tropa e nos estabelecimentos militares; organizar e dirigir os serviços de fardamento, equipamento, acampamento e alojamento; preparar contratos de fornecimento e de trabalhos referentes aos dois últimos itens e providenciar sobre as aquisições administrativas no caso em que o contrato não for possível; constituir os estoques e aprovisionamentos que se relacionam com as necessidades dos itens acima por ocasião da mobilização; prover os serviços de soldo e vantagens de toda a natureza; e exercer a fiscalização administrativa de haveres da Nação, em dinheiro e material, confiados aos Conselhos de Administração e aos Comandantes de Destacamento. 2. Em tempo de guerra: organizar, dirigir e executar os serviços de subsistência, fardamento,

equipamento, acampamento, combustível, iluminação e alojamento; ordenar as despesas referentes aos seus serviços e gerir os créditos de todos os serviços militares; atender ao pagamento de vencimentos e vantagens da tropa mobilizada; verificar e transmitir todas as contas de distribuição e consumo, relativas ao Serviço de Intendência; verificar as contas dos corpos de tropa e alimentação do pessoal sem tropa (estados-maiores e serviços); superintender os serviços de pagadorias e de correios nos limites dos regulamentos especiais; verificar e arrolar as presas ao inimigo; requisitar em território nacional ou território inimigo; regularizar as contribuições de guerra impostas ao inimigo; administrar o serviço de prisioneiros de guerra e dos campos de concentração; administrar e abastecer as populações evacuadas por ordem superior ou expulsar em virtude dos acontecimentos militares; administrar provisoriamente os territórios inimigos.

O Decreto 14.385 extinguiu o Corpo de Intendentes, e foram criadas as seguintes instituições:

a. Corpo de Intendência da Guerra, com dois quadros distintos:

- 1) Quadro de Direção e Verificação – os Intendentes da Guerra;
- 2) Quadro de Gestão e Execução – os Oficiais de Administração.

b. Tropas de Administração, compostas de escreventes, operários e marinheiros e constituídas por Companhias de Administração, uma por Divisão.

c. Escolas de Intendência, funcionando sob a direção técnica do Intendente da Missão Francesa (Diretor Geral):

- 1) Escola Superior de Intendência da Guerra — para a formação dos Intendentes da Guerra;

- 2) Escola de Administração Militar — para a formação dos Oficiais de Administração.

Em 3 de novembro de 1921, o Decreto nº 15.093 extinguiu a Diretoria de Administração da Guerra e a Intendência da Guerra, sendo constituída a Diretoria Geral de Intendência da Guerra. Essa reformulação já estava prevista no Decreto de 1920, que aprovou o Regulamento do Serviço.

Em 31 de dezembro 1921, foi aprovado o Regulamento para o quadro de Oficiais Contadores. Os oficiais contadores, comportando os postos de segundo-tenente a capitão, ficaram incumbidos da parte de contabilidade dos corpos de tropa e estabelecimentos militares. A parte de contabilidade compreendia o ramo monetário (tesouraria) e o ramo material (almoxarifado) e consistia na guarda, conservação e movimentos de dinheiro e de material a cargo das unidades, assim como da escrituração da prestação de contas das situações diversas, regularmente prescritas. O Serviço de Intendência passou a contar então com três quadros distintos: Quadro de Intendentes da Guerra; Quadro de Oficiais de Administração; e Quadro de Contadores.

Em 1924, o Decreto nº 16.606, de 17 de setembro, aprovou o Regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra, dispondo-o sobre a Organização do Serviço, da Diretoria de Intendência da Guerra, do Serviço de Intendência nas Regiões e Circunscrições Militares, do Estabelecimento Central de Fardamento e Equipamento, do Serviço Central de Transportes e da Tropa de Administração.

Em 1934, o Decreto 23.976, de 8 de março, criou o Serviço de Fundos do Exército, para provimento das necessidades pecuniárias e, em consequência, extinguiu a

Diretoria Geral de Contabilidade da Guerra. O Serviço de Fundos do Exército, embora funcionando de forma independente, tinha um quadro de oficiais comum ao do Serviço de Intendência.

Pela Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército (Decreto 24.287, de 24 de maio de 1934), a constituição do Serviço de Intendência passou a ser a seguinte: 1. Órgão de Inspeção: Inspetoria do Serviço de Intendência do Exército; 2. Órgãos de Direção: Diretoria de Intendência do Exército; Chefia do Serviço de Intendência Regional; 3. Órgãos de Execução: Serviço Regional de Subsistências Militares – Estabelecimentos e Depósitos de Material de Intendência; 4. Formações de Tropas de Intendência (FI), destinadas à formação dos praças e quadros técnicos especializados: 1ª FI (Rio de Janeiro), 2ª FI (São Paulo), 3ª FI (Porto Alegre), 4ª FI (Juiz de Fora), 5ª FI (Curitiba) e 6ª FI (Campo Grande); 5. Serviço de Intendência dos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições; 6. Órgão de Preparação Técnica: Escola de Intendência do Exército.

O Decreto 24.287 dispôs ainda que o Quadro de Contadores e o de Oficiais de Administração seriam fundidos num único quadro sob a denominação de Quadro de Oficiais de Administração do Exército. O Serviço de Intendência passou, então, a ter somente dois quadros: Quadro de Intendentes da Guerra e Quadro de Oficiais de Administração do Exército.

Os quadros de Intendentes da Guerra e de Administração do Exército foram unificados, pelo Decreto-Lei 2.261, de 3 de junho de 1940, formando um novo chamado de Quadro de Intendentes do Exército.

Em 23 de agosto de 1940, foi extinta a Inspetoria de Intendência. Assim, o Decreto-Lei 5.002, de 27 de novembro de 1942, reorganizou o Serviço de Intendência do Exército, passando o Serviço de Fundos a constituir um dos ramos do Serviço de Intendência. A Comissão de Orçamento, criada no mesmo ano, embora chefiada pelo oficial intendente, era subordinada ao ministro da Guerra.

A Escola de Intendência

Existem poucos registros sobre a Escola de Intendência, configurando-se um verdadeiro desafio escrever sobre sua organização, funcionamento e legado.

Nas principais obras da Biblioteca do Exército sobre a MMF, *A Missão Militar Francesa no Brasil* (BASTOS FILHO, 1994) e *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro* (MALAN, 1988) há poucas referências à Escola.

Por solicitação do Governo brasileiro, representado pelo ministro Plenipotenciário do Brasil na França, o Governo Francês decidiu enviar, ao Rio de Janeiro, uma missão militar, sob as ordens do general Gamelin. O contrato da MMF previa um oficial-general (chefe da Missão), um oficial ajudante de ordens do general chefe da Missão, vários oficiais especialistas das Armas e Técnicos e, entre eles, um intendente militar (diretor da Escola de Intendência), num total de vinte e três militares. Ele regulava ainda que, se a prática demonstrasse a necessidade de crescer, de forma permanente ou temporária, os quadros acima previstos, as condições peculiares a se estabelecerem, em consequência, seriam objeto de anexos ao contrato.

Os oficiais franceses usariam, no Brasil,

o uniforme do Exército da França, com suas insígnias; e a eles foi dado, no Exército Brasileiro, o posto imediatamente superior ao que possuíam em seu país. O general chefe da Missão ocupou o posto de general de divisão, e o subchefe da Missão o de general de brigada.

O intendente militar francês encarregado da Direção da Escola de Intendência e Administração foi o coronel de Intendência Louis Buchalet, que foi aluno número um da Escola Superior de Intendência das Tropas Coloniais e bacharel em Direito pela Universidade de Paris. Foi intendente da Divisão Lagson (Tonkin), depois no Senegal, Sudão, Madagascar e África Ocidental Francesa, e também da 152ª Divisão de Infantaria. Nas colônias, foi sucessivamente incumbido de funções de Intendência, de Administração, de Marinha, de Contencioso e de Serviço Judiciário. No fim da Guerra, presidiu, na África Ocidental, a Comissão de Abastecimento e Requisições. Contava, em seu currículo, onze campanhas, sendo dez em estado de guerra. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra, a Cruz de Guerra, as medalhas Coloniais e a Humanitária de 1ª Classe, era o quarto oficial mais graduado da Missão.

Na excepcional e muito rica tese de doutorado *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)* (BELLINTANI, 2009), encontra-se mais ampla descrição e detalhamento sobre a MMF.

Há também excelente registro no próprio Decreto nº 16.475, de 12 de maio de 1924, que “Aprova o Regulamento para a Escola de Intendência”, pois nele se encontra o detalhamento de funcionamento, organiza-

ção, admissão e plano de disciplina da Escola.

A pesquisa documental feita por Bellintani (2009) aponta que, em 1921, é inaugurada a Escola de Intendência, tendo como responsável o coronel Buchalet.¹ Essa escola se dividia em: Curso de Intendência, destinado a formar os quadros de Intendência de Guerra, e Curso de Administração, para formar os Corpos de Gestão, junto aos oficiais contabilistas.

Possuía ensino geral e curso técnico específico da área. Em seu programa, constavam as seguintes disciplinas: Geografia Econômica, Direito Constitucional, Legislação Industrial e do Trabalho, estudo de Língua Francesa e Espanhola e Equitação. As matérias especializadas do curso de intendência eram: Direito Administrativo, Ciências e Legislação Financeira, Mobilização, Vias Férreas e Concentração, Direito Internacional e Armas Estrangeiras Sul-Americanas.

Na Escola de Intendência, o programa de conferências direcionava-se aos cursos técnicos de fardamento, de alimentação, de administração do Exército e de administração geral, fornecendo dados específicos sobre as condições e as produções brasileiras.

Malan (1988) registra uma referência à Escola de Intendência no Relatório do Ministro da Guerra de 1921 (Pandiá Calógeras) ao início das aulas de Administração e reproduz em anexo os discursos do coronel Buchalet e do próprio ministro quando são mencionadas as Escolas de Intendência e de Administração.

No discurso do ministro Calógeras, foi feito um relato histórico e salientada a necessidade imperiosa da organização sistemática dos suprimentos, e mencionados os atos produzidos depois da chegada da Missão: Lei das requisições e criação do Corpo

de Intendentes de Guerra e dos Oficiais de Administração.

Distante e a se afastar rapidamente no tempo, ficaria com aquele ato a lembrança do insucesso da expedição de “Canudos” e, em menor dose, o das operações do “Contestado”. Iniciava-se, com a abertura das portas das Escolas de Intendência e de Administração, uma nova era, que, graças à Missão Francesa, levaria à formação dos oficiais de Intendência na Academia Militar, no mesmo ambiente em que moldam os oficiais das Armas.

No Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1920, toma-se conhecimento de que, “Pelo Art. II do Decreto nº 14.385, de 1º/X/920, foram criadas a Escola Superior de Intendência da Guerra e a Escola de Administração Militar”, ambas sob a direção técnica do respectivo especialista da MMF; e adianta que deveriam ser abertas em 1921.

Inicialmente, foram instaladas em salas na ala esquerda do Quartel-General.



Figura 1 – Quartel-General do Exército, após a reforma de 1905; primeiro local de funcionamento da Escola de Intendência

Fonte: www.cml.eb.mil.br/historia.html (acesso em setembro de 2018)

Em 1928, desenvolveram-se na área da Intendência o 1º ano do Curso de Contadores — 20 alunos —, o 2º ano do mesmo curso — 22 alunos —, o Curso de Intendên-

cia — 7 alunos — e de Administração — 8 alunos —, um total de 57 alunos.

O Curso de Contadores visava à formação dos oficiais das unidades administrativas, para as funções de auxiliares de administração dos corpos de tropa e demais organizações, anteriormente exercidas por oficiais dos quadros das Armas.

A Missão, em matéria de gestão das finanças, do fardamento e equipamentos, do material de consumo e dos gêneros alimentícios, teve muito o que fazer para se sistematizar. A Escola de Intendência, com os cursos de Contadores, de Administração e de Intendência, foi padronizando aos poucos o prescrito inicialmente nos Decretos de 1920 e 1921 sobre o Regulamento para o Serviço de Intendência (nº 14.385 de 1º de outubro), a Organização Geral da Intendência da Guerra (nº 15.093 de 3 de novembro), a criação do quadro de Oficiais Contadores (nº 15.232 de 31 de dezembro) e de outros que os seguiram.

Insistia também a Missão, desde o início, na participação dos alunos da Escola de Intendência nas manobras com tropa e no conhecimento, por intermédio de visita, dos estabelecimentos — comerciais e industriais — diretamente ligados às suas atividades administrativas.

O regulamento previa que as Escolas de Intendência, criadas pelo Art. 11, do Decreto nº 14.385, de 1º de outubro de 1920, e organizadas pelo regulamento aprovado pelo decreto nº 14.764, de 7 de abril de 1921, passariam a constituir uma única escola com a denominação de Escola de Intendência.

A *Revista 80 anos da Intendência* (2000), publicada pelo Curso de Intendência da Escola de Aperfeiçoamento do Exército, registra que a sede da Escola teve suas instalações funcionando à rua Barão de

Mesquita, 425, Tijuca, Rio de Janeiro (atual sede do 1º Batalhão de Polícia do Exército), por volta do ano de 1942.



Figura 2 – Sede da Escola de Intendência
Fonte: www.facebook.com (acesso em setembro de 2018)

A Escola de Intendência tinha por fim preparar oficiais para os quadros de intendentes de guerra, de administração e de contadores, mediante cursos distintos, com programas e condições de estudos peculiares a cada um deles. Ela era subordinada, administrativa e disciplinarmente, ao ministro da Guerra e, didaticamente, ao chefe do Estado-Maior do Exército. O chefe da Missão Militar Francesa era o inspetor da escola. A direção do Ensino da Escola de Intendência competia ao intendente da MMF, que recebeu a denominação de diretor da Escola para todas as questões que se relacionem com o ensino. Tinha, porém, um comandante — coronel ou tenente-coronel intendente de guerra do Exército Brasileiro, nomeado por decreto, assim como todos os demais integrantes da administração e docentes da Escola.

Com relação ao período de funcionamento da Escola de Intendência, as pesquisas apontam que foi entre 1921 e 1946, com a declaração a aspirantes a oficial da última turma formada ali, ocasião do fechamento da Escola de Intendência em virtude de seu

curso de formação ter sido transferido para a “Escola Militar de Rezende”.

Nesse diapasão, cumpre destacar que a Escola de Intendência não encerrou aí seus trabalhos. A Escola Militar do Realengo, que formava os oficiais combatentes das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia) também trabalhava sob a égide da MMF.

Nesse ínterim, acontece a importante atuação do então coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que em 1930 foi nomeado, ainda em novembro, como novo comandante da Escola Militar do Realengo, o então órgão responsável pela formação dos oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro. Exerceu o cargo de 19 de novembro do mesmo ano até 7 de agosto de 1934. Nesse período, foi o idealizador, patrono e fundador do órgão que viria a substituir a Escola situada no Realengo, a Academia Militar das Agulhas Negras, fundada em 1944, bem como dos novos símbolos do cadete do Exército: uniformes históricos, brasão, espadim e da criação do culto à figura de Caxias.

Em 1944, iniciam-se as atividades da Escola Militar de Rezende, mais tarde, Academia Militar das Agulhas Negras, e seu Regulamento (BRASIL, 1945) já previa que, além dos cursos para os oficiais das Armas, a nova Escola integraria a formação dos oficiais de Intendência do Exército Brasileiro:

Art. 35. O Corpo de Cadetes é organizado administrativamente do seguinte modo:

- a) 1º ano: Companhias, em número variável, de acordo com os efetivos;
- b) Infantaria: duas Companhias, sendo uma do 3º ano e outra do 2º;
- c) Cavalaria: um Esquadrão;
- d) Artilharia: uma ou duas Baterias, de

- acordo com os efetivos;
e) Engenharia: uma Companhia;
f) Intendência: uma Companhia de Intendência.

Nessa oportunidade e em decorrência de sua atuação gloriosa junto à Força Expedicionária Brasileira, a Intendência adota o título de Rainha da Logística.



Figura 3 – Brasão D'Armas da Intendência
Fonte: Curso de Intendência da AMAN

Em 1945, por ocasião da Entrada dos Novos Cadetes no Portão Monumental, localizamos no discurso do comandante, as seguintes palavras:

Mais uma vez, na rotina gloriosa de sua vida, abrem-se os portões da Escola Militar para que nela ingresse mais uma turma de moços dedicados ao árduo aprendizado da carreira militar. Há, porém, um elemento novo entre os que transpõem os umbrais desta casa e não é lícito deixar de apontá-lo: o candidato à Oficial Intendente do Exército. Recebemo-los de braços abertos e, como a melhor das homenagens que lhes

podemos prestar, confundimo-los com os cadetes que se destinam às Armas.

Em 1947, forma-se na Academia Militar a Turma Agulhas Negras, a 1ª turma formada integralmente na AMAN, tendo entre seus aspirantes a oficial, 47 intendentes, e entre eles, Sinval Senra Martins, primeiro oficial-general de Intendência, promovido em 1977, oriundo da Academia. Ele se tornou general de brigada intendente e foi o primeiro oficial da Turma Agulhas Negras a atingir o Generalato, motivo pelo qual o seu Espadim, de nº 103, foi retirado de circulação.²

Desta forma, é justo apontar o Curso de Intendência da Academia Militar das Agulhas Negras como o continuador das melhores e mais caras tradições e legados pela Missão Militar Francesa à Escola de Intendência do Exército.

Registros da Escola de Intendência no Arquivo Histórico do Exército³

Em pesquisa feita no acervo documental da Escola de Intendência, no Arquivo Histórico do Exército, foram encontrados ofícios, decretos, portarias e boletins do Exército referentes a alguns aspectos e período de funcionamento dela.

O Boletim do Exército nº 51, de 20/10/1922, publica o Decreto nº 15.720, de 10/10/1922, que alterava o regulamento das Escolas de Intendência, assinados pelo presidente da República, Epitácio Pessoa, e pelo ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras.

Esse Decreto é importante em termos da pesquisa, pois detalha as condições de admissão à Escola e funcionamento de seus diversos cursos, definindo, por exemplo, que os Cursos Superiores de Intendência e

Administração Militar tinham duração de dois anos e o Curso Especial de Contadores, de um ano.

Há também um original Projeto do Regulamento da Escola de Intendência, preparado e assinado pelo próprio Cel Louis Buchalet, intendente da MMF, com grandes detalhes de como iria funcionar a Escola.

Nessa documentação, é possível também verificar que o diretor-geral de Ensino das Escolas de Intendência era o Cel L. Buchalet, intendente da MMF, mas cada uma de suas “Escolas” tinha um copro docente próprio e como comandante, um coronel intendente da guerra, brasileiro.

Outra questão interessante é a localização da Escola de Intendência, que inicial e provisoriamente funcionou junto ao Quartel-General e que, segundo Ofício nº 302, de 31/10/1928, do Comandante da Escola de Intendência ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, informando a mudança da sede da Escola para a Av. D. Pedro II, mudou-se, a partir de 1928, para o quartel situado à Avenida Dom Pedro II, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, provavelmente onde hoje funciona o Museu Militar Conde de Linhares.



Figura 4 – Fachada do Museu Militar Conde Linhares

Fonte: www.mhexfc.eb.mil.br

O Boletim do Exército nº 626, de 10/10/1930, apresenta um despacho do ministro da Guerra, que aponta o funcionamento de cinco cursos na Escola de Intendência no mesmo ano: 1. Curso de Administração (1º ano); 2. Curso de Contadores (2º ano); 3. Curso Complementar; 4. Curso de Aperfeiçoamento de Administração; e 5. Curso de Aperfeiçoamento de Intendência.

O Despacho nº 1172, de 23/7/1930, do Estado-Maior do Exército ao 1º Subchefe, que referencia o Ofício nº 338 de 15/7/1930 do Comandante da Escola de Intendência, mostra que, no Plano de Matérias da Escola de Intendência, havia matérias comuns às ministradas na Escola de Estado-Maior: Exércitos Estrangeiros, Direito Internacional, Economia Social, questões de Economia Política e Manobras de Quadros.

Foram encontradas, também, as “Instruções Geraes e Programas detalhados dos cinco cursos”, da Escola de Intendência, para o “Anno Lectivo de 1930”, assinadas pelo “General L. Buchalet, Director de Ensino” (Figura 5).

Destaca-se, no programa de ensino, que além das matérias técnicas da Intendência — Administração e Contabilidade — já estavam presentes os ensinamentos referentes a Intendência em Campanha, Transportes Marítimos e Terrestres, Equitação e Manobras e conferências na Escola de Estado-Maior.

No que diz respeito aos efetivos da Escola, distribuídos nos seus cinco cursos, verifica-se, para o ano de 1931, a seguinte constituição, de acordo com o aviso nº 978, de 9/12/1930 do Estado-Maior, num total de 73 alunos (Figura 6).

Guerra e a organização da mobilização em caso de conflito.

Na apresentação do livro *A Intendência no teatro de operações da Itália* (BIOSCA, 1950), são localizadas duas importantes referências ao trabalho do Serviço de Intendência da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na 2ª Guerra Mundial, que em verdade denotam, por dedução, a qualidade do trabalho da Intendência do Exército em favor da FEB, como fruto também da MMF.

O general intendente José Scarcela Portela, diretor de Intendência do Exército em 1948, na apresentação da obra supracitada, diz que, ao lê-la, “relembra das conferências do general Buchalet, na Escola Superior de Intendência” (BIOSCA, 1950).

O marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, no prefácio da mesma obra, destaca a atuação do Serviço de Intendência:

Afrontando as estradas resvaladiças das montanhas nevadas e os dolorosos revezes das operações iniciais do RENO, conseguiu esse operoso Órgão Divisionário, pela cultura de seus oficiais e pela disciplina de seus quadros, conquistar, em pouco tempo, a eficiência técnica que tanto concorreu para o triunfo das armas brasileiras. (BIOSCA, 1950)

A Intendência do Exército nos dias atuais

Atualmente, a Intendência está fortemente presente nos sistemas Logístico e de Economia e Finanças do Exército, atuando com honestidade e competência na Logística Operacional, Economia e Finanças, Orçamento e Controle Interno e, com seus recursos humanos capacitados, contribui de

forma determinante para o sucesso das atividades realizadas pelo Exército.

Seus oficiais e sargentos têm hoje as mesmas oportunidades e condições ao longo da carreira, ombreando no mesmo patamar dos Irmãos de Armas. Possuem as mais diversas especializações operacionais, logísticas e administrativas, cumprindo missões no Brasil e no Exterior. Atuam com especializações, excelente desempenho e presença nas diversas áreas de emprego da Força Terrestre: aeroterrestre, operações especiais, operações na selva, aviação, logística operacional, entre tantas outras.

No pavilhão de instrução do Curso de Intendência da AMAN, há uma frase com verbos que marcam e destacam a atuação da Intendência nos dias atuais: “Sempre Surprender, Transportar, Administrar, Controlar e Servir!”.

O Espírito do Intendente do Exército está materializado na Oração do Intendente, de autoria do então Ten Cel Pregolato, comandante do Curso de Intendência da AMAN:

Senhor,
Deus dos Exércitos,
Agradeço a vós por conceder
A este vosso filho, Soldado Intendente
A coragem para vencer distâncias e obstáculos
A determinação para apoiar meus irmãos de arma
A resistência ao sono e à fadiga nas noites em claro
E a honestidade para gerir bens a mim confiados
Mas, peço-vos ainda, Senhor,
Que o entusiasmo de hoje seja perene,
Preservando em minha alma
A vibração por pertencer a um Serviço honrado e eficaz
A resignação por não receber as glórias

da vitória
E a fé inabalável na nobreza de minha
missão.
SUPRIR! BRASIL!

Conclusão

Em 1549, com a chegada de Tomé de Souza, como governador-geral do Brasil, encontram-se os primórdios da administração e da logística militar no Brasil. Em 1811, após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, as forças militares e a Intendência são reorganizadas, e assim ocorre em 1822, após a Independência e ao longo de todo o século XIX, ainda de forma incipiente, mesmo com as dificuldades encontradas na Guerra do Paraguai e na Campanha de Canudos, com atuação marcante do marechal Bitencourt. Em 1896, é criada a Intendência Geral da Guerra e, em 1908, é criado o Corpo de Intendência do Exército.

A Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro foi um ponto de inflexão positivo na reorganização e funcionamento do Exército na primeira metade do século XX. Bellintani (2009) destaca que A MMF é, sem dúvida, responsável pela modernização do Exército Brasileiro, pela instrução militar ministrada, pela doutrina militar defendida e, essencialmente, pela concepção de profissionalismo imposta e pela conscientização da importância de um exército forte e coeso para a sociedade e o Estado. Com os franceses, cria-se, nos quartéis, uma mentalidade voltada para a importância moral do soldado, do homem de tropa e do oficial, conscientizando-o da relevância de seu papel junto ao poder político tanto na manutenção da ordem interna e externa, como na afirmação da hegemonia do estado frente a outras nações.

Sob influência francesa, em 1º de ou-

tubro de 1920, através do Decreto nº 14.385, foi aprovado o Regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra, considerando a Lei orgânica do Serviço de Intendência.

Essa influência também ficou evidente nos decretos de 1934 e 1940, que aperfeiçoaram a organização da Intendência do Exército e lhe serviram de base para a organização do Serviço de Intendência da Força Expedicionária Brasileira para a 2ª Guerra Mundial.

O foco da MMF na Escola de Intendência, desenvolvendo e inspirando o profissionalismo e a importância do valor moral do soldado, fatalmente tiveram reflexo no desempenho da Intendência na FEB, chefiada pelo coronel intendente Fernando Lavaquial Biosca, elogiada diversas vezes pelo seu comandante, o marechal Mascarenhas de Moraes.

É lícito supor que o pensamento militar francês de um Exército unido e coeso influenciou a decisão da extinção da Escola de Intendência e a migração da formação dos Intendentes para a Escola Militar de Rezende, ombreados com os demais Irmãos de Armas.

Por fim, conclui-se que o perfil de qualidade dos oficiais e sargentos de Intendência do Exército, que sempre evoluiu positivamente ao longo dos anos, assim como as estruturas organizacionais nas quais a Intendência está presente, têm como embrião a Missão Militar Francesa.

Parafraseando o general de exército Paulo César de Castro (2009), antigo secretário de Economia e Finanças, em seu artigo, “Pátria-Mãe!”, no qual faz agradecimentos: “Obrigado, Portugal, Pátria-Mãe do meu Brasil!”, agradecemos: “Obrigado, Missão Militar Francesa, *alma mater* de nossa Intendência!”. **REB**

Referências

- BASTOS FILHO, J. A. **A missão militar francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.
- BELLINTANI, A. I. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- BIOSCA, F. L. **A Intendência no teatro de operações da Itália: de 16-VIII-1944 a 30-VI-1945**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1950.
- BRASIL. Decreto nº 16.475, de 12 de maio de 1924. **Aprova o regulamento para a Escola de Intendência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mai. 1924. Seção 1 - 17/5/1924, p. 12316.
- BRASIL. Decreto nº 19.857, de 23 de outubro de 1945. **Aprova o regulamento para a Escola Militar de Rezende**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 fev. 1946. Seção 1 - Suplemento, p. 2321.
- CÂMARA, H. F. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.
- CASTRO, Paulo César de. Pátria-Mãe. **Revista do Clube de Aeronáutica**. Rio de Janeiro, v. 270, p. 18-19, out/nov/dez 2009.
- DEL RE, J. J. **A intendência militar através dos tempos**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1955.
- MALAN, A. S. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.
- REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: Bibliex, v. 152, ed. especial, 1º quadrimestre, 2016.
- REVISTA 80 ANOS DA INTENDÊNCIA**. Rio de Janeiro: Curso de Intendência da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, v. único, ed. única, 2000.
- REVISTA DA INTENDÊNCIA: síntese cronológica da evolução do serviço de intendência**. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Intendência, v. único, ed. única. novembro/dezembro, 1966.
- REVISTA DA INTENDÊNCIA**. Brasília: Secretaria de Economia e Finanças, v. único, n. 1, ed. única, 2009.
- REVISTA DA INTENDÊNCIA**. Brasília: Secretaria de Economia e Finanças, v. único, ed. única. 2015.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ As referências ao posto de Louis Buchalet, intendente da MMF, variam muito de acordo com o autor, documento e época a que se refere o fato descrito, mantendo-se no texto o posto da citação original.

² “Foi retirado de circulação o Espadim nº 103, que pertenceu ao general de brigada Sinval Senra Martins, cadete em 1945, aspirante em 1947 e general em 1977. Motivo: foi o primeiro cadete que cursou integralmente a AMAN a galgar o posto de oficial-general. Seu espadim está sob a guarda do Curso de Intendência, que integrou como cadete e instrutor.” Fonte: JORNAL LETRAS EM MARCHA. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, nº 82, ago. 1978.

³ Pesquisa realizada no AHEx pelo 1º Ten Ulisses Nixon da Conceição Rodrigues, do 1º Depósito de Suprimento, “Depósito Pandiá Calógeras”.